

Debate sobre ônibus gera polêmica na Assembléia

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Foto de José Magnago

Foto de Nestor M...

A discussão do projeto de lei que autoriza o Executivo a contrair empréstimo de 3.676.500 OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), equivalentes, a preços de hoje, a Cz\$ 1.388 bilhão, aproximadamente — com o objetivo de implantar o plano de Transporte Coletivo da Grande Vitória (Transcol) — causou polêmica ontem na Assembléia Legislativa e exaltou os ânimos de alguns parlamentares. Apesar de ter sido apresentado requerimento para que o projeto fosse votado na sessão de ontem, os deputados que querem a sua aprovação e temiam que ele fosse rejeitado saíram do plenário para evitar que houvesse quorum suficiente para a votação, que terminou adiada para a próxima segunda-feira.

Na sessão extraordinária realizada pela manhã, os parlamentares não chegaram a um consenso sobre o projeto de autoria do Executivo, e a própria bancada do PMDB continuou dividida. À tarde, durante sessão ordinária, as discussões continuaram e, no momento em que seria apreciado o requerimento que possibilitaria a votação da mensagem, permaneceram em plenário apenas 15 deputados, número insuficiente para que houvesse quorum. Dos que ficaram, a maioria era contrária à aprovação do empréstimo, que terminou mais uma vez tendo sua autorização ou não adiada.

O deputado João Carlos Cósar (P-1) tornou a criticar o conteúdo do projeto de lei, lembrando que, na última quarta-feira, o secretário de Estado dos Transportes e Obras, Sérgio Ceotto, ficou três horas para explicar o seu teor e só conseguiu classificar de anárquico e caótico o sistema de transporte coletivo urbano atual. Ele ressaltou novamente que a posição do Governo é totalmente contraditória, ao considerar que somente os empresários do setor têm competência para gerenciar este tipo de serviço e, ao mesmo tempo, afirmar que eles utilizam ônibus capazes de transportar apenas gado.

Depois de denunciar que os peemedebistas do grupo camatista, a maioria daquela bancada, estão condicionando a autorização do empréstimo à aprovação,



O deputado Armando Viola se exaltou contra o petista João Coser.



Os empresários admitem que há muito o que se fazer em termos de transporte

Empresas desconhecem projeto do Governo



Luzia gastará 22,1% do salário



Edmar prevê mais dificuldades



Lauro se assusta com a situação

Os empresários do transporte coletivo não foram consultados pelo Governo Estadual e desconhecem oficialmente o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair um empréstimo de Cz\$ 1.388.503.700,00 para a implementação do sistema de transporte coletivo da Grande Vitória. Essa foi a avaliação feita ontem pelo secretário-geral do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Espírito Santo, José Bernardino Macedo, ao afirmar que a classe empresarial ainda não se posicionou a respeito do assunto.

Segundo o secretário-geral, a divulgação da aquisição de 220 ônibus pelo Estado, com as tarifas recolhidas pelo Governo, o gerenciamento pelo sistema privado e a remuneração aos empresários por quilômetro rodado, de modo a cobrir os custos com o gerenciamento dos ônibus, são insuficientes para que a classe empresarial tome um posicionamento a respeito do assunto. "Teriam que ser discutidos todos os parâmetros técnicos que envolvem o projeto, pois os dados que nós temos são aqueles divul-

gados pela imprensa", afirmou Macedo. "Os empresários não sabem, por exemplo, como vai ser feito esse gerenciamento e de que forma os 220 ônibus padron vão ser repassados. Não há nem como dizer que a frota pública é um princípio de estatização", frisou. Para Macedo, entretanto, esse projeto é apenas um passo dado pelo Governo Estadual, pois "há muito o que fazer ainda e investir".

Ele citou como exemplo a previsão, no projeto, da implantação e melhoria de 106,0 quilômetros de vias do sistema viário da Grande Vitória. "Se nós formos ver, proporcionalmente à área que existe, essa quilometragem é reduzida para a Grande Vitória". Macedo garantiu que, até o momento, os empresários não foram convocados para discutir o projeto do Governo. Isto, segundo ele, não é um fator negativo, pois o projeto de lei, com sua aprovação, é um assunto interno do Governo Estadual. Ressaltou, no entanto, que pelos investimentos previstos para ser aplicados, a princípio a classe tende a apoiar a iniciativa.

Vale-transporte não tem definição

estão condicionando a autorização do empréstimo à aprovação, por parte de seus companheiros de partido, das contas do ex-governador Gérson Camata, César afirmou que existe "uma negociata" no projeto do Executivo e que, por isto, até mesmo o PMDB contribuiu para segurar a sua votação, citando, como exemplo, o peemedebista Armando Viola, que atrasou o andamento da mensagem na Comissão de Justiça. Neste momento, Viola começou a se exaltar e quase se formou um tumulto no plenário.

Foto de Nestor Muller



Findes: o vale será paliativo

Aumento desagrada os assalariados

Os assalariados capixabas não estão satisfeitos com a perspectiva de que as passagens de coletivos urbanos sejam majoradas em 25%, a partir deste domingo, quando só terão aumento salarial, através do abono de Cz\$ 250,00 determinado pelo Governo federal, de 11%, no caso dos que recebem um mínimo, e 2%, para os que percebem até cinco salários. Pior ainda é a situação dos funcionários públicos estaduais e municipais, pois dependem ainda de que o abono seja concedido pelo Estado e pelas prefeituras e muitos não acreditam que isto vá ocorrer.

Além de serem contrários ao aumento de até Cz\$ 1,50 nas passagens urbanas — o que será definido hoje pelo Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit), que se reúne às 14 horas, no Palácio Anchieta — os usuários do sistema de transporte coletivo reclamam das péssimas condições do serviço. Para muitos, a qualidade e a pontualidade deste setor não deverá melhorar com o reajuste das tarifas, "o que só contribuirá para corroer ainda mais os salários do trabalhador".

"Tragédia"

Um novo aumento nas passagens para Luzia Maria de Souza representará uma "verdadeira tragédia", já que ela, que reside em Flexal II, em Cariacica, e tra-

balha como zeladora num edifício na Praia do Canto, recebendo Cz\$ 2.000,00, gasta atualmente Cz\$ 442,00 por mês para se deslocar de sua casa para o emprego e vice-versa, representando 22,1% de seu salário. Caso as tarifas sejam reajustadas em 25%, conforme está previsto, ela terá que usar Cz\$ 552,50 de seus vencimentos, o que significará 24,6% de gastos, considerando o abono de Cz\$ 250,00, quando a legislação do salário mínimo não permite que o desconto, a título de utilidade-transporte, ultrapasse a 6% do seu valor.

A situação será ainda pior para sua filha, que é doméstica na Praia do Canto, e recebe apenas Cz\$ 1.500,00 sem carteira assinada, portanto sem direito oficialmente ao abono, além de não receber auxílio para se deslocar do trabalho para casa. "Tenho ainda três filhos menores", disse a zeladora, lamentando que o Governo esteja cada vez mais "apertando a vida do povo". Já o montador Edmar Pergamini, residente em Santana, Cariacica, considera que os empresários do transporte coletivo têm direito a reajustes nas passagens, em decorrência da elevação do preço do óleo diesel e dos salários de seus empregados, mas ressalta que "quem recebe pouco passará mais dificuldades ainda".

Para Maria José Samora, moradora do bairro Espedito, Cariacica, o abono salarial é insignifi-

cante para amenizar a série de aumentos que está ocorrendo. "Um chefe de família que tenha mais de três filhos e recebe salário mínimo terá que andar a pé ou dispor de uma bicicleta usada, como a de meu marido, para ir trabalhar", previu a doméstica, atualmente desempregada. O funcionário público Lauro Santos de Jesus, que trabalha na Prefeitura de Vila Velha e mora em Serra Dourada III, na Serra, lembrou que, mesmo com o aumento, será obrigado a aguardar durante mais de uma hora nos pontos de ônibus para conseguir tomar o coletivo que o levará para casa ou para o emprego.

Assustado com o fato de nem mesmo saber se receberá o abono determinado pelo Governo federal, ele contou que recebe atualmente uma média de 3,5 salários mínimos e gasta Cz\$ 22,00 de passagens por dia para trabalhar. O camelô Ademir Pereira da Silva, embora considere justo os empresários de ônibus terem reajuste de passagem, "pois concordo com tudo", ressaltou que, depois deste aumento, o serviço tem por obrigação melhorar, com a colocação de mais coletivos nas linhas, visando evitar que as pessoas "andem espremidas ou que o motorista não pare no ponto, por estar com a lotação esgotada". Além disto, ele quer veículos mais novos, pois está "cansado de ver os ônibus quebrados no meio do caminho".

Vale-transporte não tem definição

Depois de quase dois anos de regulamentação o vale-transporte opcional no país — prevendo que o empregador participe dos gastos de deslocamento de seus empregados do trabalho para casa e vice-versa, com a ajuda equivalente à parcela que exceder a 6% de seu salário-base —, o Espírito Santo ainda está discutindo o decreto que controlará a operacionalização deste benefício. A minuta deste decreto está com o diretor-presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), Luís Carlos Perim, para estudos finais.

Conforme prevê a legislação federal, a empresa que conceder o vale-transporte para seus empregados poderá deduzir os gastos com este benefício do Imposto de Renda devido, desde que este valor não ultrapasse a 10% do imposto a ser pago. Na opinião dos presidentes das Federações do Comércio e da Indústria do Espírito Santo — respectivamente Hamilton Rebelo e Hélcio Rezende Dias —, esta medida iria penalizar as pequenas e microempresas, que, por terem lucros reduzidos, são isentas de IR e, por isto, não poderiam abater os recursos aplicados no vale transporte, sendo obrigados a arcar com mais esta despesa.

Salário real

Para Hélcio Rezende Dias, também secretário de Estado da Indústria e do Comércio, o vale-transporte não resolveria o problema do trabalhador brasileiro, "que necessita é de um salário mínimo real, no valor de US\$ 100 (o equivalente, hoje, a Cz\$ 4.682,30), e não de saídas paliativas como esta". Já para Hamilton Rebelo, qualquer medida que venha a beneficiar o assalariado é válida, "desde que não penalize as empresas que estão operando no vermelho".

O secretário de Estado de Transportes e Obras, Sérgio Ceotto, por sua vez, acredita que o vale-transporte seria uma das formas de o Governo subsidiar este "serviço essencial para o trabalhador". Tanto que o Estado fornecerá este benefício, dentro de dois meses, para o funcionalismo público, além de estar

"fazendo gestões" no sentido de incentivar as empresas particulares a concederem este tipo de auxílio a seus empregados. A própria Ceturb-GV tem como proposta que o vale-transporte passe a ser obrigatório por determinação federal.

Mas, no entender da Federação das Indústrias (Findes), além do vale-transporte significar apenas uma melhoria paliativa para o assalariado, as pequenas e microempresas não teriam condições de o bancar. Pelos cálculos da Findes, uma empresa que tivesse, por exemplo, 20 empregados, hipoteticamente recebendo salário mínimo (Cz\$ 2.220,00) cada um e necessitando de duas passagens por dia, equivalentes a Cz\$ 12,00 (preço médio, com o novo reajuste que entrará em vigor no próximo domingo), precisaria investir sem retorno Cz\$ 2.664,00 por mês para subsidiar o deslocamento residência/trabalho e vice-versa de seu pessoal, já que o trabalhador só poderia gastar 6% de seu salário (Cz\$ 130,80) com este serviço.

"Como a empresa teria que arcar com o excedente dos 6% do salário do seu empregado com o transporte) Cz\$ 133,20 para cada um multiplicando-se por 20 trabalhadores, a empresa gastaria 5,32% de seu faturamento mensal, considerando-se que as pequenas empresas do Estado vendem Cz\$ 50 mil por mês e este é o grosso do panorama capixaba", analisou Hélcio Rezende Dias. Para ele, o vale-transporte somente poderia ser concedido, sem prejuízo para os pequenos e microempresários, se fossem estudadas outras formas de dedução deste benefício, que não considerassem apenas o Imposto de Renda.

Atualmente, algumas empresas do Estado oferecem passes integrais a seus empregados, através de aquisição, nas operadoras de transporte coletivo, de cartelas econômicas, ou seja, (tquetes de passagens no mesmo valor das tarifas cobradas na roleta. A Ceturb-GV não sabe informar quantos trabalhadores estão sendo beneficiados com esta iniciativa, pois somente a partir da publicação do decreto que regulamentará o vale-transporte opcional no Estado é que será realizado o credenciamento das empregadoras que o passarem a seus funcionários.